NOA PIATÃ BASSFELD GNATA

Crítica da privatização da previdência social brasileira

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Associado Jorge Luiz Souto Maior

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2018**

NOA PIATÃ BASSFELD GNATA

Crítica da privatização da previdência social brasileira

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor, área de concentração: Direito do Trabalho e da Seguridade Social, sob a orientação do Professor Associado Jorge Luiz Souto Maior

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2018
Faculdade de Direito**

São Paulo – 2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

GNATA, Noa Piatã Bassfeld.

Crítica da privatização da previdência social brasileira;
orientador Jorge Luiz Souto Maior. – São Paulo, 2018.

179 p.

Tese (Doutorado) – Departamento de Direito do Trabalho e
Seguridade Social. Área de Concentração: Direito da Seguridade
Social.

CDD

FOLHA DE APROVAÇÃO

Noa Piatã Bassfeld Gnata
Crítica da privatização da previdência social brasileira

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor, área de concentração: Direito do Trabalho e da Seguridade Social, sob a orientação do Professor Associado Jorge Luiz Souto Maior

Aprovado em: ____/____/____

Banca examinadora

Professor Jorge Luiz Souto Maior (Orientador Presidente da Banca)
Instituição: Faculdade de Direito da USP Assinatura: _____

Professor(a): _____
Instituição: _____ Assinatura: _____

Professor(a): _____
Instituição: _____ Assinatura: _____

Professor(a): _____
Instituição: _____ Assinatura: _____

Professor(a): _____
Instituição: _____ Assinatura: _____

Professor(a): _____
Instituição: _____ Assinatura: _____

Dedicado à memória de Elsa Etelvina Santana Bassfeld (1937-2008), nossa matriarca, que ensinou a gostar o compasso do samba, a liberdade de amar e a importância de estudar sempre, como faz o Hamilton.

AGRADECIMENTOS

Pelos motivos que sabem bem, determinantes para que conseguisse alcançar este ponto de meu caminho, deixo aqui consignada a gratidão perene aos amigos Francisco Augusto, Daniel Glomb, Leonardo Ziccarelli, Jose Antonio Savaris, Laís Casagrande, Mateus Costa e Livia Reis, Gabriel Godoy, Miguel Godoy e Stephanie Uille, Roberto Dalledone e Maria Pia Guerra. Contem comigo.

À Biba, João Paulo, Pepê e Cacau, minha família em São Paulo, e aos amigos Mauricio Dieter e Luís Fernando Humphreys, pelas acolhedoras hospitalidades na Terra da Garoa.

À Gabriela Neves Delgado, pelo acolhimento como professor substituto na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), na oportunidade de flerte com o exercício da docência no ensino superior público, livre, gratuito e de qualidade.

À Jane Berwanger, à Gisele Kravchychyn e à Melissa Folmann, pelas experiências no Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) e na seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PR), que permitiram-me amadurecer as impressões sobre o cenário do direito previdenciário nacional.

Especialmente em nome da Regina Stela Corrêa Vieira, aos colegas da pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP); ao grupo de orientandos do Jorge, em nome da Valdete Severo e do Gustavo Seferian, pelas amizades que foram muito além do coleguismo nos anos em São Paulo, e, ainda, aos membros do Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital (GPTC), legado muito maior que as dissertações e teses em nossas passagens pela São Francisco.

Pelas desafiadoras e pedagógicas intervenções no diálogo sobre as possibilidades da tese, a Aldacy Rachid Coutinho, Flávio Roberto Batista, Marcus Orione e Thiago Barison.

Ao Jorge Souto Maior, que nos orienta pelo exemplo diário e diuturno, pela oportunidade, desde o início do mestrado, de viver essa travessia que me deu coragem para rever radicalmente o meu lugar no mundo.

À Martina Grasel-Maigret, pela tradução para inglês e francês do resumo; e à Marlise Bassfeld, sempre presente, na acurada revisão do texto.

Aos irmãos de sangue e de afeto; ao pai, Silvio José; e à mãe, Marlise, pelas dores e delícias de sermos o que somos.

À Ana Sofia, maior entusiasta e promotora da conclusão deste trabalho, dedico e agradeço. És a luz intensa que invadiu meu mundo e acendeu a essência do viver presente, com que espero seguir abrindo clareiras nas veredas que ainda não vimos.

*There's a crack in everything
That's how the light gets in*

Leonard Cohen (1934-2016)

SUMÁRIO

RESUMO, *ABSTRACT* E *RÉSUMÉ*

INTRODUÇÃO	1
1 O PAPEL DA CRÍTICA DO DIREITO E O CASO DA HISTÓRIA DA FORMA JURÍDICA DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO	7
1.1 Premissas da crítica marxista do direito	9
1.2 Possibilidades e limites da crítica da forma jurídica na conformação da ideia de Previdência Social	19
1.2.1 Direitos sociais entre o público e o privado	20
1.2.2 Abstração e realidade na ideologia da liberdade subjacente à forma jurídica do direito à previdência social	23
1.2.3 Abstração e realidade na ideologia da solidariedade social subjacente à forma jurídica do direito à previdência social	30
1.2.4 O mito da aposentadoria como liberdade	34
1.2.5 A força de trabalho como mercadoria e o condicionamento do direito à previdência social à forma jurídica	39
1.3 Proposta de historicização da forma jurídica no processo de reformas da Previdência Social brasileira	42
1.3.1 Origem da forma jurídica previdenciária: a mercadoria força de trabalho	43
1.3.2 Avanço neoliberal: a ideologia da eficiência na política de previdência social	48
1.3.3 Crise neoliberal e o papel ascendente dos mercados de pensão no capitalismo financeiro	60
1.4 Conclusão do capítulo	65

2	ANATOMIA DO DESMONTE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	68
2.1	Política pública de inclusão previdenciária e o mito do microempreendedorismo	75
2.2	Limitação do salário-de-contribuição dos servidores públicos no teto do Regime Geral de Previdência Social	79
2.3	Desoneração da folha de pagamento e outras renúncias de receita	83
2.4	Reforma orçamentária e os efeitos da Emenda do Teto dos Gastos Públicos	86
2.5	Aprovação da terceirização da atividade-fim	88
2.6	Aprovação da reforma trabalhista	93
2.7	Propaganda oficial de descrédito da Previdência Social: a questão do déficit orçamentário	106
2.8	Proposta de Reforma da Previdência contida na PEC n. 287/16	111
2.9	Extinção de políticas públicas de assistência social	115
2.10	Conclusão do capítulo	116
3	CRÍTICA DA PRIVATIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA	120
3.1	Crítica metodológica da forma jurídica	122
3.1.1	A questão dos direitos subjetivos públicos	123
3.1.2	A forma jurídica condicionada pela matriz da relação mercantil de troca de equivalentes	126
3.1.3	Abstração do valor de troca: a mercantilização	131
3.1.4	Novos sujeitos para novas mercadorias: a privatização	133
3.2	A mercantilização e privatização da previdência social	138
3.2.1	Mercadorias, sujeitos e formas da relação jurídica previdenciária privada	139
3.2.2	Regulamentação privada e o desaparecimento do direito	142

3.3	Crítica política da privatização da previdência social	149
3.3.1	Prognósticos	151
3.3.2	Alternativas	153
3.4	Conclusão do capítulo	157
4	CONCLUSÃO	159
	REFERÊNCIAS	164

RESUMO

A previdência social tem papel central na interseção entre a economia do trabalho e o mercado financeiro. A atribuição ao Estado do dever de realizar a política de previdência social resultou, em sua origem, da socialização de despesas entre os setores produtivos, para que não precisassem providenciar socorro às pessoas inaptas para o trabalho, como ocorria na fase pré-industrial, no tardio regime escravagista brasileiro. Com a naturalização do modo de vida urbano e a evolução da disputa de narrativas no seio da economia política internacional, este papel é colocado em xeque, com reflexo na abstração da forma jurídica da relação previdenciária. Nas respectivas relações de equivalência, percebe-se a progressiva desvalorização do trabalho e a valorização das contribuições previdenciárias, que acabam se tornando objeto do mercado ascendente de gestão e investimento de capitais. Nesse contexto, abandonaram-se as premissas constitucionais dos regimes de previdência e desvelam-se políticas contraditórias com os discursos de eficiência e de equilíbrio financeiro e atuarial, que, enquanto afirmam a necessidade de salvaguardá-los, terminam por preparar o solo para o mercado privado internacional de fundos de pensão. Com a substituição da ética constitucional da solidariedade social de uma sociedade dependente do trabalho pela ética financeira de capitalização de futuros e securitização de riscos individuais de uma sociedade dependente da acumulação, alguns prognósticos se anunciam. Dada a combinação da extinção de políticas públicas hoje existentes com a inevitável elevação das necessidades públicas não atendidas e a incapacidade contributiva da população assalariada, em médio e longo prazo será necessário um Estado assistencial que não estará lastreado por aquilo que se entende hoje por Seguridade Social. Ruim para os setores produtivos, privados de seu mercado de consumo; pior para as pessoas, com provável redução dos índices de dignidade e desenvolvimento humano.

Palavras-chave: PREVIDÊNCIA SOCIAL. FORMA JURÍDICA. EVOLUÇÃO HISTÓRICA. DESMONTE. MERCANTILIZAÇÃO. PRIVATIZAÇÃO. REGULAÇÃO. LIMITES. CONTRADIÇÕES. CRÍTICA. PROGNÓSTICOS.

ABSTRACT

Social welfare holds a central role at the intersection between labor economics and financial markets. The State responsibility carrying out social welfare emerged at its origin, from the socialization of the productive sectors' expenses, so that they didn't need to provide aid to people unable to work, as it was the case in the pre-industrial phase, in Brazilian late slavery era. With the naturalization of the urban life mode and the development within the economic policy of political conflicts, that role is put in check, with impact on the abstraction of the legal form related to social security contributions. In their equivalence relationships, there is a progressive devaluation of work and an increase of social security contributions, which end up becoming an object of the flourishing market of asset management and investment. In this context, the constitutional assumptions of the welfare systems were abandoned, and contradictory policies are unveiling with the talks about efficiency and financial and actuarial balance. While those talks claim the need to maintain a welfare system based on these new values, they prepare a breeding ground for the international private market of pension funds. Replacing the constitutional social solidarity ethics of a society relying on work by the financial ethics of capitalization of future income and of securitization of individual risks of a society depending on accumulation, some forecasts emerge. Given the combination of the existing public policies extinction with the inevitable increase of the unmet public needs, as well as the incapacity of the wage-earning population to contribute, in the medium and long-term, a social assistance State will be necessary. But it won't be backed by what we know today as Social Security. It would be bad for the productive sectors, deprived of their consumer market; even worse for the people, whose dignity and human development indexes seems to be wiped.

Keywords: SOCIAL SECURITY. LEGAL FORM. HISTORICAL EVOLUTION. DISMANTLING. PRIVATISATION. REGULATION. CRITICISM. PROGNOSIS.

RESUMÉ

A l'intersection de l'économie de travail et du marché financier, la sécurité sociale détient un rôle central. L'attribution à l'Etat du rôle qui consiste à mettre en œuvre la politique de sécurité sociale, résulte, à l'origine, de la socialisation de dépenses entre les secteurs de production, pour ne pas être en charge de mesures de soutien aux personnes inaptes au travail, comme cela se produisait dans la période préindustrielle, lors du tardif régime esclavagiste brésilien. La naturalisation du mode de vie urbain et l'évolution des conflits politiques au sein de l'économie politique internationale, mettent ce rôle en échec, avec un impact sur l'abstraction de la nature juridique de la relation de sécurité sociale. Dans ses respectives relations d'équivalence, l'on perçoit la dévalorisation progressive du travail et la valorisation des contributions complémentaires; celles-ci finissent par devenir l'objet du marché florissant de gestion et d'investissement de capitaux. Dans ce contexte, les fondements constitutionnels ont été abandonnés et des politiques contradictoires se dévoilent avec les discours d'efficacité et d'équilibre financier et actuariel et pendant qu'ils affirment le besoin de sauvegarder ces nouveaux propos, ils terminent par faire le lit du marché privé international de fonds de pension. Avec le remplacement de l'éthique constitutionnelle de solidarité sociale d'une société tributaire du travail, par l'éthique financière de capitalisation de revenus futurs et l'assurance des risques individuels d'une société tributaire de gains financiers, quelques pronostics se dessinent. Etant donné la combinaison de l'extinction de politiques publiques existantes actuellement, avec l'incontournable élévation de besoins publics non satisfaits, et l'incapacité contributive de la population salariée, il faudra à moyen et long terme un Etat d'assistance, qui ne sera pas adossé à ce que l'on comprend aujourd'hui par la Sécurité Sociale. Une mauvaise perspective pour les secteurs de production, privés de leur marché de consommation; pire pour les individus, avec une réduction probable des indices de dignité et de développement humain.

Mots-clés: SÉCURITÉ SOCIALE. FORME JURIDIQUE. EVOLUTION HISTORIQUE. DÉMANTÈLEMENT. PRIVATISATION. RÉGULATION. CRITIQUE. PRONOSTICS.

INTRODUÇÃO

Chama especial atenção, desde junho de 2013, a instabilidade política e a disputa de narrativas sobre a ruptura das bases democráticas, no ambiente político, e dos princípios constitucionais, no ambiente dos direitos sociais, que têm sido objeto preponderante dos projetos de revogação e reformas pautados pelo governo desde a consolidação do impeachment de Dilma Roussef, em 2015-2016.

Os esforços teóricos em avaliar o momento político em função do conteúdo possível de um ambiente democrático ou de uma Constituição com efetiva densidade normativa elevam ao protagonismo, na ciência jurídica, das teorias da constituição e da democracia, com a própria espetacularização e centralidade do poder judiciário, elevado ao nível de popularidade do futebol ou das telenovelas.

A tensão entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional, com dezenas de parlamentares sendo processados criminalmente com afastamento das funções e mesmo com recolhimentos às prisões, revela-se como crise institucional propriamente dita. Este mesmo Supremo e este mesmo Congresso, conduziam, paralela e respectivamente, a reforma trabalhista, previdenciária e orçamentária e o controle de constitucionalidade dessas reformas.

No âmbito teórico constitucional, os esforços se concentram para estabelecer e colonizar métodos materialmente democráticos de construção das decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal e as leis do Congresso Nacional. Evidencia-se a articulação entre os constitucionalismos dialógico¹, deliberativo² e popular³, como baldrames possíveis de democracias constitucionais protagonizadas por essa dinâmica entre as cortes e parlamentos.

As bases da teoria do diálogo implicam propostas metodológicas de estabelecimento e redefinição de uma série de

¹ MENDES, Conrado Hübner. **Constitutional Courts and Deliberative Democracy**. Oxford University Press, 2013.

² Idem. **Direitos Fundamentais, separação de poderes e deliberação**. Saraiva: São Paulo, 2011.

³ KRAMER, Larry D. **The People Themselves: Popular Constitutionalism and Judicial Review**. Oxford University Press, 2004.

arranjos institucionais nas dinâmicas política e jurisdicional constitucionais. São intervenções necessárias para o enfrentamento da complexidade instável e dinâmica da vontade popular para a realização democrática, resultante das tensões internas e das microrrelações de poder e sujeição decorrentes da disputa pelas narrativas do objeto, umas e outras mediadas e contidas pelo projeto constitucional.

Como frisa Gargarella⁴, essa aposta tem ressalvas, pois quem defende a democracia deliberativa tem motivos para duvidar das revisões judiciais, em regra; para apoiá-las seria necessário garantias de diálogo genuíno e equitativo entre as diferentes esferas de poder e entre elas e o povo. No caso brasileiro, por exemplo, esse diálogo ainda é deficitário, tanto no controle jurisdicional quanto no próprio processo político.

Quanto ao primeiro, ecoam as críticas quanto à falta⁵ de diálogo efetivo entre o Supremo Tribunal Federal e o parlamento, entre ele e a sociedade e entre os seus próprios ministros⁶, que têm instrumentos pessoais para barrar o andamento dos julgamentos da Corte ao seu arbítrio⁷. No que atine aos direitos sociais, para ilustrar, questões cruciais como a terceirização das atividades-fins e a desaposentação, entre outras, ficaram por longos períodos reféns de pedidos de vistas ou de inclusão em pauta, com efeitos represados para toda a sociedade.

Quanto ao segundo, a ação política e judicial em matéria de direitos sociais, isso é evidente. Não bastassem as experiências que bem ilustram Roberto Gargarella e César Rodríguez-Garavito⁸, infere-se como baliza o caráter artificioso da legitimação democrática da reforma da Previdência e dos direitos trabalhistas. Enquanto um longo

⁴ GARGARELLA, Roberto. Democracia Deliberativa y judicialización de los derechos sociales. In: **Perfiles Latinoamericanos**. Julio-diciembre, número 028. 2006. Distrito Federal, México. p. 9-32

⁵ GODOY, Miguel Gualano de. **Devolver a Constituição ao povo: crítica à supremacia judicial e diálogos interinstitucionais** (tese de doutorado). Curitiba: UFPR, 2015.

⁶ MENDES, Conrado Hübner. **Onze Ilhas**. 2010. Disponível em <http://www.osconstitucionalistas.com.br/onze-ilhas>. Último acesso em 09/072016.

⁷ MENDES, Conrado Hübner. **O STF é refém do capricho dos seus ministros**. Disponível em <http://www.osconstitucionalistas.com.br/conrado-hubner-mendes-o-stf-e-refem-do-capricho-dos-seus-ministros>. Último acesso em 09/072016.

⁸ RODRIGUEZ-GARAVITO, César. **Beyond the Courtroom: The Impact of Judicial Activism on Socioeconomic Rights in Latin America**. In: Texas Law Review, n. 89 – 2010-2011.

processo de densificação da insatisfação popular distraiu as atenções com o mote do combate à corrupção, desde o início da abertura do processo de impeachment, com o afastamento da Presidente da República tudo já estava esquecido. Iniciativas legislativas contra a corrupção encontraram resistência e não estão na pauta do governo e da mídia.

E, desde então, um amplo pacote de reformas econômicas, trabalhistas e sociais, construído a portas fechadas pelos setores que financiaram o discurso contra a corrupção, veio à tona, não precedido de debate público. O projeto de reforma da previdência de Henrique Meirelles – que só assumiu o Ministério da Fazenda quando se lhe foi garantida autonomia e que não seria incomodado nem mesmo pelo Presidente Michel Temer – envolve reformas legais e constitucionais estruturantes das relações de produção e de convívio social em geral, e deveria ser amplamente discutido no parlamento e com a sociedade civil.

A legitimidade política provisória para conduzir reforma estrutural, própria do projeto político que tem sido derrotado em todas as eleições gerais desde 2002, em si, poderia ser questionada, pois não partiu das urnas, mas de um projeto escrito às escuras enquanto o que se debatia era a corrupção e a reforma política. É reforma aristocrática, não é reforma democrática.

Mesmo assim, enquanto o governo mostra os dados na mão esquerda, movimentando os copos com a direita. Todo o alarde, aos holofotes, está nos critérios de concessão e reajuste de benefícios, que terão efeitos atuariais de longo prazo: na imposição da idade mínima, na extinção da discriminação de tempo de serviço/contribuição exigido de homens e mulheres, na revogação da garantia do valor mínimo balizado no salário mínimo, na extinção da competência capilarizada das justiças estaduais para decidir matéria previdenciária, por exemplo.

Na outra mão, silenciosamente e longe da opinião pública, a finalidade efetiva e imediata da reforma se encaminhou: ampliou-se a desvinculação de receitas da Previdência de 20% para 30% de seu orçamento para a União, e uma série de outras medidas de renúncia de receitas, como se demonstrará adiante, se apresentam como política integrada. A Previdência arrecadou entre 500 e 600 bilhões de reais

por ano nos últimos anos. Somente a elevação da desvinculação de receitas significou injetar cerca de 50 ou 60 bilhões anuais a mais no Tesouro Nacional, úteis para realizar despesas públicas e evitar aberturas de créditos suplementares, maquiando o cumprimento das obrigações de responsabilidade fiscal. Solução para o Tesouro, problema para a Previdência em médio e longo prazo.

Nessa perspectiva financeira, além de superavitária, a Previdência financia o Tesouro. O déficit financeiro (a relação dentre receitas e despesas anuais) é um artifício contábil. O déficit atuarial, por sua vez, é um risco real, agravado ainda mais pela desvinculação e renúncia de receitas. Medida coerente com a preocupação de longo prazo com a capacidade de benefícios da Previdência seria extinguir, de uma vez, a desvinculação de receitas, e não aumentá-la.

Não bastasse, quanto aos critérios de concessão de benefícios, a confecção de regras transitórias – a história se repetirá, como nas Emendas Constitucionais 20 e 41 – acalmará os ânimos de quem está quase para se aposentar e ajudará a desarticular a população jovem, afetada indiretamente e tão interessada quando aqueles, mas absolutamente alheia ao processo político. Para viabilizar a reforma e dar aparência de diálogo, convocaram-se representações sindicais para que concordassem, para que entendessem a urgência e a excepcional necessidade de renunciar aos direitos dos trabalhadores. Mas não para construir.

A construção democrática somente se daria com diálogo amplo na construção do processo político. Não basta convocar alguns coadjuvantes para revisarem vírgulas, é necessário ver além do discurso de urgência. É necessário ouvir o povo, os juristas e os sociólogos, desde o início, para construir a decisão de reformar os modelos de condições de sobrevivência de todos. É evidente para estudiosos da economia política, por exemplo, que a revogação dos direitos mínimos dos trabalhadores é a própria revogação das condições de reprodução da produção econômica.

Todos os paradoxos entre os motivos e os fins, entre o discurso e a prática, no processo político, recrudescem o déficit democrático estabelecido na condução da República. A Previdência, que deveria atender aos interesses de longo prazo de todos os cidadãos trabalhadores, está atendendo aos interesses transitórios do governo,

no afã de desincumbir-se das obrigações – não cumpridas – de responsabilidade fiscal. O déficit da Previdência não é financeiro, é democrático.

O Supremo Tribunal Federal ainda parece distante, entretanto, de adotar o caráter deliberativo – pressuposto da legalidade democrática – como parâmetro do controle de constitucionalidade dos atos legislativos, como fez – lembrada por Gargarella no texto já referenciado – a suprema corte colombiana, por exemplo, ao anular o Estatuto anti-terrorista por falta de fundamentação dos votos dos parlamentares. A falta de correlação – e a inexistência de vinculação – entre as pautas de campanha e os alinhamentos em bloco no processo legislativo, por exemplo, é sintoma da falta de controle popular da própria atuação do poder legislativo. Exigir controle jurisdicional de coerência como atributo da realização material da democracia popular representativa não parece passo próximo.

É notável também a esterilidade de alguns arranjos institucionais que poderiam ser otimizados na perspectiva dialógica e deliberativa, exposta pelo próprio professor Conrado H. Mendes e pelo colega Miguel Gualano de Godoy em seus trabalhos mencionados acima, a exemplo de audiências públicas, intervenções de *amicus curiae* e mesmo as sustentações orais.

Esses fatores, enfim, diminuem a expectativa de que a narrativa constitucionalista e o exercício da jurisdição constitucional, alicerçados sobre a mais fina teoria da democracia, sejam suficientes para evitar a revogação material o conteúdo da Constituição, dada a determinação dos direitos sociais pelas relações materiais que condicionam sua forma.

Este reconhecimento, somado à percepção da mutação e abstração dessas relações materiais, com interseção notável neste momento histórico – e tensão ainda não aparente – entre capital produtivo e capital financeiro, traz à discussão as relações mercantis ascendentes – no caso da previdência social, o mercado privado de previdência e seguros de pessoas –, e sua relação com o próprio direito público. Além disso, legitima e fortalece crítica da economia política e do direito, em seu papel ideológico e indisfarçadamente condicionado pela soma dos interesses privados determinantes das relações mercantis.

Parece haver uma lacuna, na ciência jurídica brasileira, em específico na seara dos direitos financeiro, econômico, tributário e previdenciário, como faces do direito público, quanto a esforços teóricos de compreensão deste momento pós-constitucional desconstituente para que caminha a política pública de atendimento dessas necessidades públicas, com substituição dos direitos sociais pelo mercado privado de previdência e seguros de pessoas. Vistos superficialmente como as faces ocultas do mercado financeiro, não se percebem esforços teóricos jurídicos de trazer à tona, como figuras conceituais em sobreposição, a relação dessas novas relações mercantis com o trabalho, por exemplo, no âmbito da teoria do valor, da economia política ou na sua cristalização sobre a vida das pessoas, de interesse da sociologia do trabalho.

O intento desta tese é, como crítica reveladora e destrutiva do silêncio que rege essa ordem cínica, suprir esta lacuna e levantar caminhos, problemas e hipóteses para novas pesquisas.

No Capítulo 1, fixamos as premissas teóricas do marco metodológico eleito para compreensão da realidade e dos discursos que envolvem a matéria. Propomos então, como hipótese central, o reconhecimento da evolução da forma histórica da relação atômica do direito previdenciário, como sintoma de um processo de privatização estrutural do sistema de previdência social.

No Capítulo 2, percorremos a anatomia do desmonte da previdência social pública, com reconhecimento da preparação do terreno para o desenvolvimento da previdência complementar, tanto de servidores públicos, quanto de trabalhadores vinculados ao regime geral público.

No Capítulo 3, por fim, demonstramos, com o método crítico proposto e analisando a conjuntura política e econômica internacional e nacional, a anatomia da mercantilização e da privatização da previdência social, sustentando as hipóteses propostas.

4 CONCLUSÃO

“Eu sou um otimista por decisão”

Caetano Veloso

Fez-se até aqui um percurso de revelação das relações mercantis que condicionam a sustentação do direito, assim como de reconhecimento do efeito esterilizante que esse condicionamento produz sobre as possibilidades de solução programática dos problemas sociais a partir do direito. Nem o controle jurisdicional de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, nem o controle meramente formal da constitucionalidade dos procedimentos legislativos no Congresso Nacional, aparentemente, têm força, disposição ou vontade política bastante, em si, para impor limite eficaz a essa esterilização dos direitos e garantias constitucionais individuais.

Diante disso, não parece prudente tecer conclusões otimistas sobre o futuro próximo da política pública de previdência social e, por consequência, da experiência concreta de vida que terão seus destinatários, as pessoas inaptas – e também as aptas, no que se relaciona com a desvalorização do trabalho – para o trabalho.

O que se faz, rotineiramente, ao empunhar a bandeira da Constituição, não é diferente dos recursos à poesia, à música, à arte em geral ou às representações da virtude da pureza das crianças, no intuito de renovar a esperança de um futuro melhor a partir do belo, do discurso estético. A idealização do justo, na figura do belo e na moralidade da virtude, não se mostra cabível para o desfecho desta sequência de demonstrações de que, pela força das relações mercantis ascendentes, o caminho da forma jurídica predominante é de adequação ao seu novo molde mercantil, e não de limitação do respectivo desenvolvimento, dada a vontade política aparentemente preponderante.

O que se tem, no ambiente dito democrático da experiência jurídica, é o discurso a se submeter à disputa de narrativas, na expectativa de que atue sobre o significado que se sedimenta sobre cada significante. O que se tem é a palavra em ação, e nela se realiza a custódia diária desses significantes. Sem poesia e sem literatura, com a prosa angustiante dos prognósticos possíveis, o que resta é a luta

diária. É a opção, como tática declarada, de, mesmo diante deste cenário, pegar o direito esvaziado, lavá-lo e lustrá-lo, lê-lo, enunciá-lo e defende-lo, como instrumento de resistência das garantias sociais mínimas, contra o desperdício de toda a experiência do século XX.

Isso exposto, colhem-se as seguintes conclusões.

1. A forma jurídica atômica do direito previdenciário, ou seja, a relação jurídica previdenciária individual, é tão histórica quanto a forma jurídica em geral. É possível encontrar, em diferentes momentos de afirmação da economia preponderante, diferentes relações mercantis, mercadorias e sujeitos, sendo que a variação desses elementos se dá preponderantemente em função da abstração do valor de troca, que por sua vez também é condicionado pela moralidade da ideologia preponderante.

2. A forma jurídica original do direito previdenciário brasileiro repousou sobre a relação material de venda da mercadoria trabalho, trocada pelas mercadorias necessárias e suficientes para a subsistência do trabalhador. A promessa de renda futura como direito público corolário da venda do trabalho, em momento de ápice do valor do trabalho, que era condição de desenvolvimento da produção industrial, instituiu-se como artifício jurídico pendente sobre essa relação concreta.

3. A substituição desse anteparo da relação material de trabalho pela abstração da equivalência entre contribuições e benefícios, que é normalização matemática tão normativa, construída, artificial, é fruto da colonização da forma jurídica previdenciária atômica pelos significantes da eficiência, da responsabilidade fiscal e do equilíbrio financeiro e atuarial, frutos de uma política historicamente identificável e em progressiva desfiguração do valor do trabalho da correlação de equivalências da forma jurídica original. Essa relação de equivalência exerce a pressão de legitimidade os direitos sociais individuais públicos.

4. A combinação da desvalorização do trabalho com a progressiva valorização do conteúdo monetário traduzido nos objetos do direito e das contribuições previdenciárias, por sua vez, exerce nova pressão sobre as formas jurídica original e derivada acima reconhecidas, conformando-se novas relações mercantis e novos sujeitos de direito. Sobre essas relações, ocorreu a gestação de uma

nova forma jurídica previdenciária atômica, e a organização dos regimes de previdência complementar de instituições fechadas e abertas e um vasto campo de crescimento para o mercado de seguros.

5. Essas três formas históricas convivem e se interpenetram num contexto de conflito político de interesses pelo desmonte da previdência social e pela expansão desses mercados. A resistência, garantida até certo ponto pela força normativa da Constituição de 1988, editada na contramão da política internacional de diminuição das atribuições dos Estados, torna o caso brasileiro contrastante com o cenário internacional de fomento de fundos de pensão e de seguros de pessoas. Por outro lado, os regimes de previdência complementar já instituídos fazem pressão pela adesão sobre as classes com maior capacidade contributiva.

6. Enquanto se discute a proposição de reforma da previdência social no Congresso Nacional com disputa de narrativas em torno do déficit do financeiro, realizaram-se diversas medidas de renúncia decisiva de receitas, por meio de reformas tributária, trabalhista, orçamentária que implicarão prejuízo de centenas de bilhões de reais anuais para esse orçamento. O governo se esforça para criar e aumentar o déficit da previdência social, agindo como vetor e preposto dos interesses preponderantes no sentido do seu desmonte.

7. A reunião desses fatores denota a existência de um processo latente de reconfiguração histórica da previdência social, que indica a aptidão para a hegemonia do mercado privado em progressiva substituição do regime geral, dados os potenciais efeitos das reformas trabalhistas, com superação do paradigma jurídico da relação de emprego e da tributação da contratação de trabalho.

8. O fetiche da liberdade sem renda é transportado da ideia de aposentadoria conquistada pelo trabalho para a ideia de rendimento conquistado pelo investimento. Nesse terceiro momento da relação de consumo de renda sem trabalho, se perfectibiliza a ideia de desconexão da relação entre o aporte para a previdência e o trabalho que se teve para receber o salário. Esta desconexão, entretanto, é meramente ideológica.

9. Assim como o trabalho era condição de reprodução do mercado produtivo, no influxo da nova forma jurídica, apesar de sua derivação e abstração, o trabalho continua sendo condição de

reprodução do mercado financeiro. As remunerações de gestão, corretagem e os recebimentos de juros de financiamentos em razão da utilização, como giro, do capital dos trabalhadores, em seu longo prazo de indisponibilidade, garante a reprodução do capital financeiro, gerando renda presente sem trabalho para seus gestores. Essa mesma renda fetichizada pelos trabalhadores, como ideal futuro de realização de liberdade.

10. Essa expectativa, entretanto, restará parcialmente frustrada pela incapacidade contributiva de grande margem da população, que não perceberá benefícios nem da previdência básica, em razão da supressão dos direitos, e nem da previdência privada, em razão da insuficiência de aportes para composição de renda efetiva.

11. A renda real dos trabalhadores assalariados que conseguirem fazer pequenas contribuições para o mercado privado será substancialmente menor do que se entende hoje por salário mínimo.

12. O fluxo monetário operaria, nessa dinâmica, concentração de renda e riqueza, bem como produção de pobreza, desigualdade e marginalidade jurídica de crescente contingente populacional, que representará demanda de assistência social perante um Estado que não estará lastreado para lhe atender.

13. A combinação do desmonte com a privatização da previdência social implica incompatibilidade material objetiva com os princípios da solidariedade social, da preservação de equilíbrio financeiro e atuarial – a incompatibilidade se dá até com a primeira fase do discurso neoliberal – e da vedação do retrocesso, bem como com os direitos fundamentais à previdência social, à saúde e à moradia.

14. Os mesmos agentes políticos que fomentam a política de ajuste fiscal fomentam o desenvolvimento do mercado privado de previdência e seguro de pessoas, no plano interno e internacional.

15. As alternativas de oposição a esse processo de privatização envolvem diversas possibilidades, que dependem resistência na defesa dos valores sociais, de vontade política e revisão das bases de financiamento e concessão de benefícios, como política pública que leve em conta a formação histórica da sociedade brasileira e o homicídio e suicídio coletivo que importaria a destruição das mínimas

garantias sociais individuais do Estado constitucional de direito brasileiro.

Para terminar, eu deveria colocar algum verso para dizer que acredito no direito e no futuro, mas a única coisa que consigo exprimir, depois deste percurso, é que acredito, com firmeza perene, na luta de todos os dias. O otimismo diário, assim como o de Caetano, é esclarecido, construído e escolhido. Mas isso tudo, ainda assim, não me impede que eu repita:

- É bonita, é bonita, é bonita.

.....

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. Sociedade. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade**: (Leituras de introdução à sociologia). Rio de Janeiro: LTC, 2008, 27.^a tiragem.

_____. Introdução à sociologia. Trad.: Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Unesp, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. In: ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

AMARAL Jr. O contrato sob o direito social. in: **Crítica: novos estudos**. 07/1999, n. 54, p. 180.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Direito, justiça social e neoliberalismo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Eficácia das normas constitucionais e direitos sociais**. São Paulo: Malheiros, 2010.

BARRETO, Vicente de Paulo. **O fetiche dos direitos humanos e outros temas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BARROSO, Luís Roberto. **O direito constitucional e a efetividade de suas normas**: limites e possibilidades da Constituição brasileira. 6. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Hermenêutica e interpretação constitucional**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Celso Bastos, 2002.

BATISTA, Flávio Roberto. **Crítica da tecnologia dos direitos sociais**. São Paulo: Outras Expressões, Dobra Editorial, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Título Original: Liquid Modernity. Tradução: Plínio Dentzien, autorizada da edição inglesa publicada em 2000 por Polity Press, Oxford, Inglaterra. Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. **La modernidad líquida fue una previsión acertada del cambio de paradigma cultural?** Irekia – Gobierno Abierto; 2012 (vídeo disponível para carregamento gratuito na internet).

_____. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BERCOVICI, Gilberto. **Natureza jurídica de sociedade anônima privada com participação acionária estatal**. Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro, v. 153154, p. 297-317, 2010.

_____. **Proposta de Emenda à Constituição Estadual para a Criação de um Fundo Público Formado pelos Recursos da Exploração de Petróleo na Camada "Pré-Sal" - Constitucionalidade**. Revista IOB de Direito Administrativo, v. 55, p. 81-88, 2010.

_____. **Soberania e Constituição: para uma crítica do constitucionalismo**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

BODIN DE MORAES, Maria Celina. **O princípio da solidariedade**. Disponível em <http://www.idcivil.com.br/pdf/biblioteca9.pdf>. Último acesso em 07/12/2017.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 23. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise financeira de 2008. In: **Revista de Economia Política**, vol. 29. nº1. jan-mar/2009. pp. 113-149.

BRITO, Edvaldo. **Limites da revisão constitucional**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1993.

CALCIOLARI, Ricardo Pires. A crise de efetividade dos direitos sociais e a desvinculação de receitas. In: SAVARIS, José Antônio. ROCHA, Daniel Machado da. **Curso de especialização em direito previdenciário**. v. 3 Custeio da Seguridade Social. Curitiba: Juruá, 2010, p. 35.

_____. **O orçamento da seguridade social e a efetividade dos direitos sociais**. Curitiba: Juruá, 2009.

CANELA Jr., Osvaldo. Crise entre as formas de expressão do poder estatal: o papel do judiciário na efetivação dos direitos fundamentais sociais. In: **A efetivação dos direitos fundamentais através do processo coletivo: um novo modelo de jurisdição**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CARRAZA, Roque Antônio. **Curso de direito constitucional tributário**. 22. ed. rev. ampl.e atualizada até a Ementa Constitucional n. 52/2006. São Paulo: Malheiros, 2006.

CARROLL, Lewis. **Alice**: edição comemorativa – 150 anos/Lewis Carroll; colagens Adriana Peliano; tradução Maria Luiza X. de A. Borges. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

COUTINHO, Aldacy R. Wandelli, Leonardo V. (coord.) **Anais do II encontro RENAPEDTS: Rede Nacional de Pesquisas e Estudos em Direito do Trabalho e da Seguridade Social**. Florianópolis: Empório do Direito, 1. ed., 2016.

CHUEIRI, Vera Karam de. Agamben e o estado de exceção como zona de indeterminação entre o político e o jurídico. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (Org.). **Crítica da modernidade: diálogos com o direito**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005, p. 93-107.

CLÈVE, Clemerson Mèrlin. **Desafio da efetividade dos direitos fundamentais sociais**. Disponível na Internet: <<http://www.mundojuridico.adv.br>>. Acesso em 07 de dezembro de 2017.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; CORREIA, Érica Paula Barcha. **Curso de direito da seguridade social**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. O que é Direito Social. in: CORREIA, Marcus Orione Gonçalves (Org.) **Curso de direito do trabalho**. v. 1. **Teoria geral do direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2007, p. 26.

_____. A reforma previdenciária e os direitos sociais adquiridos. In: SAVARIS, José Antônio. ROCHA, Daniel Machado da. **Curso de especialização em direito previdenciário**. v. 1, Direito Previdenciário Constitucional. Curitiba: Juruá, 2010. p. 231.

COSTA, Francisco Pereira; SOARES, Marcele Carine dos Praseres. A diarista, o vínculo de emprego e os direitos trabalhistas: perspectivas histórica, legislativa e jurisprudencial. Uma proposta de inclusão social. In: SOUTO MAIOR, Jorge Luiz e GNATA, Noa Piatã Bassfeld. (Orgs.) **Trabalhos marginais**. São Paulo: LTr, 2013. p. 175 e ss,

CRUZ, Paulo Márcio. **Fundamentos do direito constitucional**. Curitiba: Juruá, 2001.

CRUZ, Renato Negretti. **A teoria dos sistemas e a força normativa constitucional do sistema jurídico sanitário**. São Paulo: Faculdade de Direito da USP – Dissertação de mestrado, 2007.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Trad. Luiz Alberto Monjardim. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. Trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz. 8. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

_____. **Da divisão do trabalho social**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DWORKIN, Ronald. **Justice for hedgehogs**. Cambridge e Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 2011.

_____. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Trad. Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen e Lúcia M. E. Orth. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão**. São Paulo: Paulus, 1995.

EWALD, François. **L'Etat providence**. Paris: Bernard Grasset, 1986.

FERRARO, Suzani Andrade. **O equilíbrio financeiro e atuarial nos regimes de Previdência Social: RGPS – Regime Geral de Previdência Social, RPPS – Regime Próprio de Previdência Social, RPP – Regime de Previdência Privada**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FERREIRA, C. D.; MACHADO, A. M. F.; CARDOSO, Evorah Lusci Costa; FERRÃO, B.; FRANCO, L.; BRAGA, Marco Aurelio; GUERRA, M.; PUCCI, R. O Judiciário e as Políticas Públicas de Saúde no Brasil: o caso AIDS. In: CARDOSO, Evorah Lusci C; FERRÃO, Brisa L de M; FRANCO, Leandro A; Vinícius C; NAHOUM, André Vereta ; BRAGA, Marco Aurélio C; OLIVEIRA, Ana Carolina C. de; GUERRA, Marcele G; PUCCI, Rafael D (Org.). **Prêmio Ipea 40 Anos - Ipea-Caixa 2004: monografias premiadas**. 1. ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2005, p. 387-431.

FONSECA, Máira S. Marques da. **Redução da jornada de trabalho: fundamentos interdisciplinares**. São Paulo: LTr, 2012.

FONSECA, Ricardo Marcelo. Foucault, o direito e a ‘sociedade da normalização’. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (Org.). **Crítica da modernidade: diálogos com o direito**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005, p. 109-127.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. Curso dado no Collège de France (1981-1982). Trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 3. ed. São Paulo: WMF, 2010.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 21. ed., São Paulo: Edições Loyola, 2011.

_____. **Verdade e poder**. In: A microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREITAS, Ney José de. Globalização, neoliberalismo e direito do trabalho. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (Org.). **Repensando a teoria do estado**. Belo Horizonte: Forum, 2004.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v.

21 (1927-1931) O futuro de uma ilusão, O mal-estar na civilização e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FROMM, Erich. **A anatomia da destrutividade humana.** 2. ed. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. **A arte de amar.** Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995.

_____. **A teoria da frustração-agressão.** In: Anatomia da destrutividade humana. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

GALDINO, Flávio. **Introdução à teoria dos custos dos direitos: direitos não nascem em árvores.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

GARGARELLA, Roberto. Democracia Deliberativa y judicialización de los derechos sociales. In: **Perfiles Latinoamericanos.** Julio-diciembre, número 028. 2006. Distrito Federal, México. p. 9-32

GENTIL, Denise Lovato. **A política fiscal e a falsa crise da seguridade social brasileira:** análise financeira do período 1990 a 2005. (tese de doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

GODOY, Miguel Gualano de. **Constitucionalismo e democracia:** uma leitura a partir de Carlos Santiago Nino e Roberto Gargarella. São Paulo: Saraiva, 2012.

GODOY, Miguel Gualano de. **Devolver a Constituição ao povo:** crítica à supremacia judicial e diálogos interinstitucionais (tese de doutorado). Curitiba: UFPR, 2015.

GNATA, Noa Piatã Bassfeld. A execução de ofício não acabou. In: SEVERO, Valdete Souto. SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. (coord.). **Resistência:** aportes teóricos contra o retrocesso trabalhista. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

_____. **Acesso à justiça:** ponderação entre direitos fundamentais e princípios processuais colidentes. Porto União: Unisul, 2009.

_____. Crítica aos limites do controle jurisdicional de políticas públicas em direitos sociais. In: **Revista Espaço Jurídico**. v. 12, n. 2, p. 181-196 Jul/Dez/2011.

_____. As Rendas de Previdência e o Mito da Liberdade por meio do Trabalho. In: COUTINHO, Aldacy R. Wandelli, Leonardo V. (coord.) **Anais do II encontro RENAPEDTS:** Rede Nacional de Pesquisas e Estudos em Direito do Trabalho e da Seguridade Social. Florianópolis: Empório do Direito, 1. ed., 2016. p. 621-637.

_____. **Solidariedade social previdenciária – interpretação constitucional e eficácia concreta.** São Paulo: LTr, 2014.

GRANEMANN, Sara. Políticas Sociais e Financeirização dos Direitos do Trabalho. In: **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro**. n. 20. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica constitucional:** a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista ‘procedimental’ da Constituição (*Die offene gesellschaft der Verfassungsinterpreten. Ein Beitrag zur pluralistischen und ‘prozessualen’ verfassungsinterpretation*). Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1997.

HESSE, Konrad. **A força normativa da Constituição (Die normative Kraft der Verfassung)**. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1991.

HOBSBAWM, Eric. A carreira aberta ao talento. In: **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **A previdência social no Estado contemporâneo: fundamentos, financiamento e regulação**. Niterói: Ímpetus, 2011.

_____. **Curso de direito previdenciário**. Rio de Janeiro: Ímpetus, 2008.

JAKUTIS, Paulo Sérgio. Às suas ordens (ela, eles, eu). In: SOUTO MAIOR, Jorge Luiz e GNATA, Noa Piatã Bassfeld. (Orgs.) **Trabalhos marginais**. São Paulo: LTr, 2013, p. 23 e ss.; CARVALHO, Fábio Gonzaga de. In: SOUTO MAIOR, Jorge Luiz e GNATA, Noa Piatã Bassfeld. (Orgs.) **Trabalhos marginais**. São Paulo: LTr, 2013. p. 68 e ss.

JUDT, Tony. **O mal ronda a Terra: um tratado sobre as insatisfações do presente**. Trad. Celso Nogueira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Trad. João Baptista Machado. 8. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009, p. 76.

KRAMER, Larry D. **The People Themselves: Popular Constitutionalism and Judicial Review**. Oxford University Press, 2004.

LAZZARI, João Batista. CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. **Manual de direito previdenciário**. 11. ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009.

LEBRUN, Jean-Pierre. **O futuro do ódio**. Org. Mario Fleig; Trad. João Fernando Chapadeiro Corrêa. Porto Alegre: CMC, 2008.

LEITE, George Salomão (Org.) **Dos princípios constitucionais: considerações em torno das normas principiológicas da Constituição**. São Paulo: Malheiros, 2003.

LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós: ensaios sobre a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 2004.

LIMA, Abili Lazaro de Castro. **Globalização econômica política e direito: análise das mazelas causadas no plano político-jurídico**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2002.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen**. São Paulo: Cortez, 2009.

LUGON, Luiz Carlos de Castro. Ética na concretização dos direitos fundamentais. In: SCHAFFER, Jairo. **Temas polêmicos do constitucionalismo contemporâneo**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007.

MACHADO, Gustavo Seferian Scheffer. **A ideologia do contrato de trabalho**. São Paulo: LTr, 2016.

MACHADO, Rafael Bicca. TIMM, Luciano Benetti (coord.) **Função social do direito**. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução**. 1843. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARRAFON, Marco Aurélio. **Hermenêutica e sistema constitucional: a decisão entre o sentido da estrutura e a estrutura do sentido**. Florianópolis: Habitus, 2008.

MARTINS, Daniele Comin. **O direito social de Georges Gurvitch**. Disponível em <http://egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-direito-social-de-georges-gurvitch>. Publicado em 07/11/2011. Último acesso em 07/12/2017.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MENDES, Conrado Hübner. **Constitutional Courts and Deliberative Democracy**. Oxford University Press, 2013.

Idem. **Direitos Fundamentais, separação de poderes e deliberação**. Saraiva: São Paulo, 2011.

MENDES, Conrado Hübner. **O STF é refém do capricho dos seus ministros**. Disponível em

<http://www.osconstitucionalistas.com.br/conrado-hubner-mendes-o-stf-e-refem-do-capricho-dos-seus-ministros>. Último acesso em 09/072016.

MENDES, Conrado Hübner. **Onze Ilhas**. 2010. Disponível em <http://www.osconstitucionalistas.com.br/onze-ilhas>. Último acesso em 09/072016.

MÜLLER, Friedrich. **Métodos de trabalho do direito constitucional**. 3. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

_____. **Quem é o povo? A questão fundamental da democracia**. 3. ed. São Paulo: Max Limonad, 2003.

NEVES, Ildio das. **Crise e reforma da segurança social: equívocos e realidades**. Alamedina: Lisboa, 1998.

OLIVEIRA, Donato de. **O método da filosofia da libertação, segundo Enrique Dussel**. Disponível em http://www.revistahumanas.org/donato_artigo1.pdf. Último acesso em 07/12/2017.

OLIVEIRA NETO, Francisco José et al. **Constituição e estado social: os obstáculos à concretização da Constituição**. São Paulo: Coimbra e Revista dos Tribunais (co-edição), 2008.

PACHUKANIS, Evgeni. **A teoria geral do direito e o marxismo e ensaios escolhidos 1921-1929**. Trad. Lucas Simone. Coordenador:

Marcus Orione. Comissão Técnica: Alberto Alonso Muñoz, Flávio Batista, Jorge Luiz Souto Maior, Márcio Bilharinho Navez, Marcus Orione, Pablo Biondi. São Paulo: Sundermann, 2017.

PASSOS, Fábio Luiz dos. **Previdência social e sociedade pós-industrial**. Curitiba: Juruá, 2013.

PATU, Gustavo. NERY, Patuza. Ministérios estudam idade mínima para aposentadoria. In: **Folha Online – Poder**. São Paulo. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/880822-ministerios-estudam-idade-minima-para-aposentadoria.shtml>. Último acesso em 07/12/2017.

PICCHIONI, Marta Serra Young. Modernidade líquida. Resenha in: **Revista ACOALFAPLP: Acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa**. São Paulo, ano 2, n. 3, 2007. Disponível em: <<http://www.mocambras.org>> e ou <<http://www.acoalfaplp.org>>. Publicado em: setembro 2007.

PONTES, Alan Oliveira. **O princípio da solidariedade social na interpretação do direito da seguridade social**. Domínio Público da biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – Largo de São Francisco. São Paulo, 2006.

RAWLS, John. **Uma teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2008

ROCHA, Daniel Machado. **Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social – Lei n. 8.213/91 atualizada até a MP n. 529, de 7 de abril de 2011**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

RODRIGUEZ-GARAVITO, César. **Beyond the Courtroom: The Impact of Judicial Activism on Socioeconomic Rights in Latin America**. In: Texas Law Review, n. 89 – 2010-2011.

RUZIK, Carlos Eduardo Pianowski. Locke e a formação da racionalidade do Estado moderno: o individualismo proprietário entre

o público e o privado. In: FONSECA, Ricardo. (Org.) **Repensando a teoria do Estado**. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

SABINO, Marco Antonio da Costa. Quando o Judiciário ultrapassa seus limites constitucionais e institucionais: o caso da Saúde, in: **O controle jurisdicional de políticas públicas**. Gen-Forense, 2011.

SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2000.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**, 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

_____. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais. In: LEITE, George Salomão (Org.) **Dos princípios constitucionais: considerações em torno das normas principiológicas da Constituição**. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 198 e ss.

_____. **Direitos fundamentais sociais e proibição de retrocesso**: algumas notas sobre o desafio da sobrevivência dos direitos sociais num contexto de crise. Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica, Porto Alegre, n. 2, 2004.

SAVARIS, José Antônio. Benefícios programáveis do Regime Geral da Previdência Social – Aposentadoria por tempo de contribuição e aposentadoria por idade. In: SAVARIS, José Antônio. ROCHA, Daniel Machado da. **Curso de especialização em direito previdenciário**. v. 2. Benefícios da seguridade social. Curitiba: Juruá, 2010. p. 103.

_____. O princípio constitucional da adequada proteção social previdenciária: um novo horizonte de segurança social ao segurado

aposentado. In: **Revista de Previdência Social**. n. 326. São Paulo, 2008.

_____. O processo de reformas da previdência social brasileira como política de retração sistemática do *welfare state*. In: **Revista de Previdência Social**. n. 328. São Paulo, 2008.

_____. **Uma teoria da decisão judicial da previdência social: contributo para superação da prática utilitarista**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2011.

_____. STRAPASSON, Carlos Luiz (coord.). **Direitos fundamentais da pessoa humana: um diálogo latino-americano**. Curitiba: Alteridade, 2012.

SCHWARTZMAN, Simon. **Introdução ao pensamento de Georges Gurvitch**. 1964. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/gurvitch.htm>. Último acesso em 20/01/2014.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Trad. de Marcos Santarrita. 5. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2001.

SERAU JUNIOR, Marco Aurélio. **Economia e seguridade social: análise econômica do direito**. Curitiba: Juruá, 2010.

SEVERO, Valdete Souto. Terceirização, Dumping Social e Direito do Trabalho: compreendendo os riscos da lógica liberal. In: ALVARENGA, Lucia Zanutelli de. (Org.). **Direitos humanos dos trabalhadores**. 1. ed. São Paulo: LTr, 2016, v. 01, p. 226-232.

SGARBOSSA, Luís Fernando. **Crítica à teoria dos custos dos direitos. v. 1, Reserva do possível**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2010.

SLOTERDIJK, Peter. **Crítica da razão cínica**. São Paulo: Olho d'água, 2011

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **Curso de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho**. v. 1, pt. 1, São Paulo: LTr, 2011.

_____. **História do direito do trabalho no Brasil: Curso de direito do trabalho – v.1, parte II**. São Paulo: LTr, 2017.

SPINK, MJP., FIGUEIREDO, P., and BRASILINO, J., orgs. **Psicologia social e personalidade** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; Abrapso, 2011.

TAVARES, André Ramos. **Fronteiras da hermenêutica constitucional**. São Paulo: Método, 2006.

TAVARES, Marcelo Leonardo. Princípios constitucionais dos direitos fundamentais e o limite à reforma da previdência social. In: SAVARIS, José Antônio. ROCHA, Daniel Machado da. **Curso de especialização em direito previdenciário. v.1. Direito Previdenciário Constitucional**. Curitiba: Juruá, 2010.

VIANNA, Cláudia Salles Vilela. Benefícios previdenciários – Forma de cálculo a apuração da renda mensal inicial. In: SAVARIS, José Antônio. ROCHA, Daniel Machado da. **Curso de Especialização em Direito Previdenciário. v. 2. Benefícios da previdência social**. Curitiba: Juruá, 2010.

VIANNA, Cláudia Salles Vilela. **Previdência social: custeio e benefícios**. São Paulo: LTr, 2005.

VILLELA, José Corrêa; LINS, Carlos Otávio Bandeira; CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. **Renda Mínima**. São Paulo: LTr, 2003.

WESTPHAL, Vera Herweg. **Diferentes matizes da ideia de solidariedade**. In: Revista Katálysis. v. 11, Florianópolis: Scielo, 2008.

ZIZEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. **Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. **Living in the end times**. Londres e Nova Iorque: Verso, 2010.

_____. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2009.